

el  
d

Reunião Extraordinária do Plenário do Conselho Técnico – Científico do ISEL

19 de julho de 2018

10:00

Ao 19.º dia do mês de julho de 2018 reuniu na sala de Audiovisuais, às 10:00 horas, o Plenário do Conselho Técnico-Científico, com a presença dos seguintes professores:

António Jorge Duarte de Castro Silvestre, António Luís Freixo Guedes Osório, António Manuel Albuquerque Couto Pinto, Arnaldo Joaquim de Castro Abrantes, Artur Jorge Ferreira, Carlos Eduardo Meneses Ribeiro, Elisabete Clara Bastos do Amaral Alegria, Filipe Manuel Vaz Pinto Almeida Vasques, João Alfredo Ferreira dos Santos, João Manuel Ferreira Calado, João Miguel Alves da Silva, José Leonel Linhares da Rocha, Manuel José de Matos, Manuel Martins Barata, Maria Manuela Almeida Carvalho Vieira, Nuno António Fraga Juliano Cota, Paulo Jorge Henriques Mendes, Pedro Manuel Alves Patrício da Silva, Sandra Maria da Silva Figueiredo Aleixo, Tiago Miguel Braga da Silva Dias e pelo professor João Fernando Pereira Gomes como convidado.

Os professores Cristina Ferreira Xavier Brito Machado, Fernando Manuel Duarte Oliveira Nunes, Fernando Manuel Gomes de Sousa e Lucía Fernandez Suárez justificaram a sua ausência.

A reunião foi normalmente convocada e presidida pelo vice-presidente do ISEL, professor Ricardo Jorge González Felipe, com poderes delegados para presidir ao Conselho Técnico-Científico (CTC), conforme Despacho 09/P/2016.

Foi lida a agenda e aprovada por unanimidade. De seguida teve início a reunião.

**1. Aprovação da ata da reunião de 28 de junho de 2018**

Posta a aprovação, a ata foi aprovada por unanimidade dos presentes com direito a voto na reunião de 28 de junho de 2018.

O professor Carlos Meneses solicitou o seguinte esclarecimento: “Em relação ao calendário escolar para 2018/2019, Ordem de Serviço Nº 17/P/2018, o Estatuto do ISEL, alínea h) do Art. 19º sobre competências do Presidente do ISEL, diz que é sua competência “Aprovar o calendário e horário das atividades letivas, ouvido o Conselho técnico-científico e o Conselho pedagógico;”



**ISEL**  
INSTITUTO SUPERIOR DE  
ENGENHARIA DE LISBOA

CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Gostaria de saber qual a posição do CTC na audição sobre este tema e em que reunião decorreu. Pergunto isto porque a única referência ao tema nas atas do Conselho Permanente que encontro é da reunião do dia 21 de junho, no ponto “outros assuntos”, com uma informação parcial do que aconteceu no conselho pedagógico, mas não com um parecer ou resolução do CTC, que desse corpo à alínea h) do Art. 19.”

O presidente do CTC informou que, à semelhança dos anos anteriores, a proposta de calendário foi apresentada na reunião da comissão permanente de 21 de junho como informação dando aos membros a oportunidade de, se assim o entenderem, se pronunciarem sobre a matéria.

O professor Carlos Meneses referiu que, na sua interpretação, o CTC deve ser ouvido, por isso, deveria ser emitido parecer, antes da aprovação do calendário.

O professor João Calado subscreveu as palavras do professor Carlos Meneses, considerando que o CTC deve ser ouvido sobre o calendário e as vagas para o CNA.

O presidente do CTC observou que face às intervenções anteriores, estas matérias poderão passar a ser agendadas como pontos da ordem de trabalhos para emissão de parecer do CTC.

## **2. Alteração ao plano de estudos da LMATE**

O presidente do CTC passou a palavra à professora Sandra Aleixo para apresentar a proposta.

A professora Sandra Aleixo referiu que parte das alterações já foram aprovadas em CTC no ano anterior, mas como ainda não foram publicadas em DR, voltam a ser referidas nesta proposta em conjunto com alguns ajustes introduzidos num esforço de otimização de recursos. Nomeadamente, alterações para permitir a sobreposição de unidades curriculares comuns a outros cursos que se adequam às necessidades da LMATE, surgindo uma nova lista de opções para a gestão dos ECTS.

O professor Manuel Barata informou que esta proposta apenas resolve o problema de um curso. No caso particular da unidade curricular de Economia e Gestão de Projeto partilhada por diversos cursos, neste momento, só existe um docente a lecionar, pedindo a colaboração de outras áreas departamentais que possam libertar um docente para ajudar o professor Luís Barreiros ou caso não seja possível que seja autorizada a contratação de outro docente.

O professor Luis Osório reforçou que existem diversos cursos com o mesmo problema, o modelo de funcionamento do ISEL deveria ser repensado.

O professor Artur Ferreira observou que a unidade curricular de Gestão e Avaliação de Projetos apresentada nesta proposta pode ser interessante para alguns cursos de ADEETC, não lhe parecendo que exista qualquer impedimento para que seja partilhada se forem disponibilizadas vagas.

O professor Carlos Meneses concordou com a sugestão do professor Artur Ferreira, seria desejável que esta unidade curricular fosse partilhada, sugerindo a criação de uma seção autónoma na área de gestão.

A professora Sandra Aleixo concordou que sempre que possível as unidades curriculares sejam partilhadas e foi nesse sentido que foi elaborada a lista de opções de LMATE.

O presidente do CTC referiu que de acordo com o ponto 1 do artigo 722 dos estatutos do ISEL, é da competência do CTC a criação das seções autónomas, podendo este assunto ser agendado para uma próxima reunião de plenário.

Os professores Carlos Meneses, Arnaldo Abrantes e Sandra Aleixo propuseram que este assunto fosse agendado para a próxima reunião.

O professor Manuel Matos observou que todas as unidades curriculares deste curso conferem o mesmo número de ECTS, não sendo usual. Normalmente, os cursos são criados individualmente perdendo a transversalidade e na conceção é que se ganha eficácia. Em Engenharia Biomédica também existe dificuldade em garantir a lecionação de algumas unidades curriculares com a colaboração da ADEETC, ADEM, ADM e ADF. Após apresentação e discussão da proposta enviada pela comissão coordenadora do curso de Licenciatura em Matemática Aplicada à Tecnologia e à Empresa, alteração do plano de estudos foi aprovada por unanimidade. Após apresentação e discussão da proposta enviada pela comissão coordenadora do curso de Licenciatura em Matemática Aplicada à Tecnologia e à Empresa, a alteração do plano de estudos foi aprovada por unanimidade.

### **3. Parecer à proposta de Abertura de Concurso Documental para professor adjunto e respetivo júri**

#### **3.1. ADEETC - Área Disciplinar de Redes de Computadores**

O presidente do CTC passou a palavra ao professor Manuel Barata para apresentar a proposta.

O professor Manuel Barata explicou que a proposta veio na sequência das reuniões anteriores, na documentação disponibilizada aos membros foi adicionado um ofício de 2017, com a exposição à direção das necessidades de contratação na área de redes. Futuramente, enquanto presidente da ADEETC, apresentará ao plenário as propostas de contratação consideradas necessárias para assegurar o serviço docente. A decisão sobre a área disciplinar, no conselho coordenador da ADEETC, não foi unânime, uma vez que a área de multimédia também está bastante deficitária.

O professor Artur Ferreira observou que a área de redes sendo uma área transversal é uma área crítica.

O professor Arnaldo Abrantes informou que votará favoravelmente por considerar imprescindível a abertura deste concurso nesta área transversal. No entanto, existem outras necessidades tão ou mais prementes que esta, nomeadamente a área de computação gráfica em ambientes virtuais. As unidades curriculares nesta área

Pf.  
D



CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO

ficaram a cargo de um docente recém-doutorado em período experimental, com 270 alunos e 9 turmas, uma carga horária semanal de 22h, para além da orientação de trabalhos finais de mestrado.

O presidente do CTC informou que ocorreu esta semana uma reunião do Vice-Presidente para a Área Administrativa com o Presidente do ISEL e os coordenadores de cursos da ADEETC sobre o assunto, estando prevista a contratação de docentes convidados. Contudo, não se continuará com a política de contratação de docentes convidados para necessidades permanentes, na preparação do próximo orçamento deverá contemplar a abertura de vagas para colmatar estas necessidades.

A professora Manuela Vieira questionou se também será prevista a abertura de concursos para professores coordenadores.

O presidente do CTC referiu que o número de vagas tem vindo a diminuir, o que não quer dizer que esta tendência não seja alterada, tudo depende do cabimento de verba, será necessário a fundamentação para aprovação do IPL.

O professor João Calado comentou que as necessidades de contratação também se estendem à ADEM, só foi possível conceder uma redução parcial a 2 docentes de todos os que tinham direito a ela. Não entendendo porque não são definidas regras sobre a abertura de concursos para que os presidentes de área as possam transmitir aos seus docentes.

O professor Manuel Matos observou que nesta proposta de concurso documental é referida a entrega de um plano de atividades para os primeiros 5 anos por parte do candidato, considerando este elemento muito interessante.

Posta a votação, foi dado parecer favorável por unanimidade à abertura de concurso e à proposta de designação do júri.

#### **4. Proposta de documentação a apresentar ao CTC para abertura de concurso documental**

O presidente do CTC informou que a proposta foi elaborada unindo o exigido pelo regulamento do IPL com as propostas enviadas ao CTC pelos membros deste plenário, para servir de base à discussão.

O professor Pedro Patrício comentou que, do ponto de vista genérico, concorda com a proposta mas preferia que esta fosse utilizada como modelo e que no perfil do candidato se possa retirar o número de anos.

O professor Carlos Meneses observou que não entende a referência a mérito absoluto e que se deveria colocar como opção o projeto para 5 anos, referência alínea g) da proposta de edital da ADEETC discutida no ponto anterior.

O professor Tiago Dias observou que embora este período corresponda a período experimental pode implicar com a avaliação do mesmo sendo preferível deixar em aberto o número de anos.



Saiu o professor João Gomes.

O presidente do CTC colocou a votação a proposta com as seguintes alterações:

- Retirar os 5 anos, passando a últimos \_\_\_ anos;
- Incluir o projeto científico-pedagógico na alínea c) do ponto 1.3.

A proposta de documentação com as alterações mencionadas foi aprovada por unanimidade.

#### **5. Proposta de regulamento de serviço docente (continuação)**

O presidente do CTC informou que antes de passar à audição dos novos membros sobre os artigos 18º e 19º, gostaria apenas de terminar o artigo relativo à distribuição de responsabilidades.

Passou-se à discussão do ponto 4 sobre a coordenação de grupos disciplinares.

O professor Luis Osório observou que em qualquer situação em que esteja em causa a carreira irá atuar em conformidade enquanto professor coordenador. A instituição deverá convergir para o rácio professor coordenador/ professor adjunto.

O presidente do CTC informou que esse rácio não está definido para o ensino politécnico.

O professor Tiago Dias comentou que efetivamente não existe um número definido mas há que assumir e abrir concursos para professores coordenadores também.

O professor Nuno Cota observou que existem coordenadores de curso que são professores adjuntos, deixando de fazer sentido exigir que sejam os coordenadores de grupo disciplinar sejam professores coordenadores. O regulamento não deverá ser rígido, concordando com a proposta apresentada.

O professor Felipe Vasques questionou se este assunto não poderia ser deliberado autonomamente sem constar no regulamento.

O presidente do CTC informou que, independentemente do regulamento ser aprovado ou não, este ponto pode ser agendado para a reunião de setembro para ser aprovado para o próximo ano letivo.

Posto a votação o ponto 4 foi aprovado por unanimidade.

Passou-se à discussão do ponto 2 do mesmo artigo.

Posto a votação o ponto 2 foi aprovado por unanimidade.

O presidente do CTC apresentou aos novos membros um resumo da proposta de regulamento, em relação às alterações introduzidas pelos artigos 18º e 19º, nomeadamente, na distribuição de horas por categorias e nas reduções a atribuir, colocando de seguida a proposta à discussão para intervenção dos novos membros e possíveis esclarecimentos.

O professor Artur Ferreira observou que o artigo 19º faz sentido mas não concorda com o artigo 18º, a redução de horas só faria sentido para os professores coordenadores que efetivamente desempenhem cargos, deveriam ser 12 horas para todos.

O presidente do CTC salientou que existem alguns cargos que são atribuídos automaticamente aos professores coordenadores pelos estatutos do ISEL, como os coordenadores de secção, e foram retiradas as reduções relativas a esses cargos. Na ADEETC talvez fosse adequada a criação de novas secções.

O professor Manuel Barata explicou que na altura não foram criadas novas secções porque os professores coordenadores não estavam distribuídos pelas diversas áreas.

O professor Tiago Dias comentou que não está a ser criado um mecanismo que permita compensar os créditos acumulados, não existindo compensação nem na distribuição de serviço docente nem na componente financeira o que causa uma irregularidade.

O presidente do CTC questionou se deveria acrescentar no artigo 19º uma compensação.

O professor Tiago Dias respondeu que sim. Relativamente ao número de horas a atribuir a cada docente, se se cumprisse o que está estabelecido nos estatutos, o problema estaria resolvido, assim, preferiria atribuir um número de horas a todos os docentes e depois aplicar uma redução por cargos. Face ao trabalho suplementar que é exigido aos docentes, propôs equacionar um valor inferior às 12h, avaliando o trabalho dos docentes que estão a usufruir de reduções.

Saiu a professora Manuela Vieira.

O professor Pedro Patrício comentou que ninguém ficou contente com o resultado final, mas a proposta pode ser votada conforme está.

O professor Felipe Vasques lembrou que na reunião passada se pronunciou no mesmo sentido que os colegas Tiago Dias e Artur Ferreira, considerando mais equitativo partir de um patamar.

O professor Paulo Mendes referiu que partilha da mesma opinião em relação ao ponto 1 do artigo 18º, considerando que deveriam ser reapreciados os pontos já aprovados.

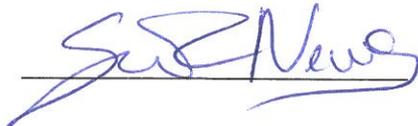
O professor Manuel Matos propôs que os membros que tenham propostas de alteração a apresentar ao plenário as enviem ao secretariado do CTC até 10 de setembro para discussão na próxima reunião.

O professor António Silvestre observou que evidentemente que poderá haver uma nova discussão mas deverá ser eficaz colocando um limite para a aprovação, o que não pode acontecer é arrastar o assunto numa tentativa de ter um regulamento para a escola.



CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Dado o adiantado da hora, o presidente do CTC informou que a discussão deste ponto continuará numa próxima reunião. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião às 13.15 h e esta ata, depois de aprovada, será assinada por mim, Sandra Neves, que secretariei e pelo professor Ricardo Felipe que presidiu.

<p>O Presidente do Conselho Técnico-científico</p> <p></p> <hr/> <p>Ricardo Felipe (Professor Coordenador)</p>	<p>A Secretária da reunião</p> <p></p> <hr/> <p>Sandra Neves</p>
---	--